



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXV — N.º 39

QUINTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1970

BRASÍLIA — DF

### CONGRESSO NACIONAL

#### ATA DA 46.ª SESSÃO CONJUNTA EM 9 DE SETEMBRO DE 1970

##### 4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

##### PRESIDÊNCIA DO SR. JOAO CLEOFAS

As 21 horas, acham-se presentes os  
Srs. Senadores:

Oscar Passos — Flávio Brito — Ed-  
mundo Levi — Milton Trindade —  
Lobão da Silveira — Clodomir Millet  
— Sebastião Archer — Victorino Frei-  
re — Petrônio Portella — Sigefredo  
Pacheco — Duarte Filho — Manoel  
Villaga — Ruy Carneiro — João Cleo-  
fas — Pessoa de Queiroz — Arnon de  
Mello — Júlio Leite — José Leite —  
Antônio Fernandes — Carlos Linden-  
berg — Paulo Tórres — Benedicto Val-  
ladares — Nogueira da Gama — Car-  
valho Pinto — Fernando Corrêa —  
Filinto Müller — Bezerra Neto —  
Celso Ramos — Antônio Carlos —  
Luís Mondin — Mem de Sá.

##### E OS SRS. DEPUTADOS:

###### Acre

Geraldo Mesquita — ARENA; Jorge  
Lavocat — ARENA; Wanderley Dan-  
tas — ARENA.

###### Amazonas

Joel Ferreira — MDB; José Esteves  
— ARENA; José Lindoso — ARENA;  
Raimundo Parente — ARENA.

###### Pará

Adriano Gonçalves — ARENA; Ar-  
mando Carneiro — ARENA; Armando  
Corrêa — ARENA; João Menezes —  
MDB; Martins Júnior — ARENA.

###### Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Euri-  
co Ribeiro — ARENA; José Marão Fi-

lho — ARENA; Pires Saboia — ARE-  
NA; Raimundo Bogéa — ARENA; Te-  
mistocles Teixeira — ARENA.

###### Piauí

Ezequias Costa — ARENA; Fausto  
Castelo Branco — ARENA; Joaquim  
Parente — ARENA; Sousa Santos —  
ARENA.

###### Ceará

Alvaro Lins — MDB; Delmiro Oli-  
veira — ARENA; Furtado Leite —  
ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Leão  
Sampaio — ARENA; Régis Barroso —  
ARENA; Wilson Roriz — ARENA.

###### Rio Grande do Norte

Theodorico Bezerra — ARENA;  
Vingt Rosado — ARENA.

###### Paraíba

Flaviano Ribeiro — ARENA; Mon-  
senhor Vieira — ARENA; Teotônio Ne-  
to — ARENA; Wilson Braga —  
ARENA.

###### Pernambuco

Josias Leite — ARENA; Magalhães  
Melo — ARENA; Milvernes Lima —  
ARENA; Paulo Maciel — ARENA; Ta-  
bosa de Almeida — ARENA; Thales  
Ramalho — MDB.

###### Alagoas

Djalma Falcão — MDB; Medeiros  
Neto — ARENA; Segismundo Andra-  
de — ARENA.

###### Sergipe

Arnaldo Garcez — ARENA; Augusto  
Franco — ARENA.

###### Bahia

Clodoaldo Costa — ARENA; Edgard  
Pereira — MDB; Fernando Magalhães  
— ARENA; Hanequim Dantas —  
ARENA; João Alves — ARENA; João  
Borges — MDB; Manso Cabral —

ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odul-  
fo Domingues — ARENA; Raimundo  
Brito — ARENA; Rubem Nogueira —  
ARENA; Ruy Santos — ARENA.

###### Espirito Santo

Dirceu Cardoso — MDB; Feu Rosa  
— ARENA; Foriano Rubin — ARE-  
NA; Oswaldo Zanello — ARENA; Ray-  
mundo de Andrade — ARENA.

###### Rio de Janeiro

Amaral Peixoto — MDB; Daso Co-  
imbra — ARENA; Dayl de Almeida  
— ARENA; Edgard de Almeida —  
MDB.

###### Guanabara

Mendes de Moraes — ARENA.

###### Minas Gerais

Aquiles Diniz — MDB; Dnar Men-  
des — ARENA; Edgar-Martins Perei-  
ra — ARENA; Israel Pinheiro Filho  
— ARENA; Jaeder Albergaria — ARE-  
NA; José Maria Alkmim — ARENA;  
Luis de Paula — ARENA; Nogueira  
de Resende — ARENA; Padre Nobre  
— MDB; Pedro Vidigal — ARENA;  
Rondon Pacheco — ARENA; Último  
de Carvalho — ARENA.

###### São Paulo

Alceu de Carvalho — MDB; Antônio  
Feliciano — ARENA; Athié Couri —  
MDB; Bezerra de Melo — ARENA;  
Broca Filho — ARENA; Cantídio  
Sampaio — ARENA; Francisco Ama-  
ral — MDB; Herbert Levy — ARENA;  
Italo Fittipaldi — ARENA; José Re-  
segue — ARENA; Lacorte Vitale —  
ARENA; Lauro Cruz — ARENA; Ortiz  
Monteiro — ARENA; Paulo Abreu —  
ARENA; Pereira Lopes — ARENA;  
Ruydalmeida Barbosa — ARENA;  
Santilli Sobrinho — MDB.

# EXPEDIENTE

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA  
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL  
WILSON MENEZES PEDROSA  
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA  
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO  
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO  
Chefe da Seção de Revisão

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

#### Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 20,00  
Ano ..... Cr\$ 40,00

#### Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 40,00  
Ano ..... Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

#### Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Jales Machado — ARENA; José Freire — MDB; Lisboa Machado — ARENA.

#### Mato Grosso

Marcílio Lima — ARENA; Nelson Benedito — ARENA.

#### Paraná

Accioly Filho — ARENA; Antônio Anibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Emílio Gomes — ARENA; Henio Romagnoli — ARENA; Hermes Macedo — ARENA; João Paulino — ARENA; Justino Pereira — ARENA; Lyrio Bertolli — ARENA.

#### Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Antônio Almeida — ARENA; Osni Regis — ARENA; Romano Massignan — ARENA.

#### Rio Grande do Sul

Adylio Viana — MDB; Alberto Hoffmann — ARENA; Arlindo Kunsler — ARENA; Arnaldo Prietto — ARENA; Ary Alcântara — ARENA; José Mandelli — MDB; Milton Cassel —

ARENA; Nadir Rosseti — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

#### Amapá

Janary Nunes — ARENA.

#### Rondônia

Nunes Leal — ARENA.

**O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)**  
— As listas de presença acusam o comparecimento de 31 Srs. Senadores e 128 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Atendendo à finalidade da sessão o Sr. Primeiro-Secretário irá proceder à leitura da Mensagem Presidencial.

É lida a seguinte

**MENSAGEM N.º 19, DE 1970 (CN)**  
(N.º 275/70, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Minis-

tro de Estado da Fazenda, o texto do Decreto-lei n.º 1.123, de 3 de setembro de 1970, publicado no **Diário Oficial** de 8 subsequente, que altera dispositivos do Decreto-lei n.º 37, de 1966, relativamente à bagagem de passageiros procedentes do exterior, e dá outras providências.

Brasília, 9 de setembro de 1970. —  
Emílio G. Médici.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA**

E. M. N.º 310

Em 18 de agosto de 1970

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que altera dispositivos da legislação do imposto de importação, relativamente ao tratamento dispensado às bagagens de passageiros procedentes do exterior.

Na parte relativa às bagagens dos servidores públicos civis e militares,

em função oficial no exterior, fica restabelecido o prazo mínimo de 2 (dois) anos de estada no exterior, como condição básica ao reconhecimento da isenção.

Esta alteração se faz necessária, porquanto o Decreto-lei n.º 850, de 10-9-69, propiciou aos servidores em questão a possibilidade de importar, como bagagem isenta de tributos, bens em quantidade equivalente à permitida nos casos de transferência de domicílio, inclusive automóveis de passeio.

As alterações relativas às bagagens dos técnicos e cientistas objetivam o aperfeiçoamento das normas destinadas a estimular a volta ao País desses profissionais, cujo tipo de atividade seja considerada pelo Conselho Nacional de Pesquisas, como capaz de trazer efetiva contribuição para o desenvolvimento do país.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência as expressões do meu mais profundo respeito.

ANTONIO DELFIM NETTO  
Ministro da Fazenda

**DECRETO-LEI N.º 1.123  
DE 3 DE SETEMBRO DE 1970**

**Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, relativamente à bagagem de passageiros procedentes do exterior, e revoga os Decretos-leis n.ºs 416, de 10 de janeiro de 1969, e 850, de 10 de setembro de 1969.**

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

**DECRETA:**

**Art. 1.º** — O artigo 13 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, alterado pelos Decretos-leis n.ºs 416, de 10 de janeiro de 1969, e 850, de 10 de setembro de 1969, passa a ter a seguinte redação:

**"Art. 13** — É concedida isenção do imposto de importação, nos termos e condições estabelecidos no regulamento, à bagagem constituída de:

**I.** roupas e objetos de uso ou consumo pessoal do passageiro, necessários a sua estada no exterior;

**II.** objetos de qualquer natureza, nos limites de quantidade e/ou valor estabelecido por ato do Ministro da Fazenda;

**III.** outros bens de propriedade de:

**a)** funcionários da carreira diplomática, quando removidos para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, e os que a eles se assemelharem, pelas funções permanentes de caráter diplomático, ao serem dispensados de função exercida no exterior e cujo término importe em seu regresso ao País;

**b)** servidores públicos civis e militares, servidores de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, que regressarem ao País, quando dispensados de qualquer função oficial, de caráter permanente, exercida no exterior por mais de 2 (dois) anos ininterruptamente;

**c)** brasileiros que regressarem ao País depois de servirem por mais de 2 (dois) anos ininterruptos em organismo internacional, de que o Brasil faça parte;

**d)** estrangeiros radicados no Brasil há mais de 5 (cinco) anos, nas mesmas condições da alínea anterior;

**e)** pessoas a que se referem as alíneas anteriores, falecidas no período do desempenho de suas funções no exterior;

**f)** brasileiros radicados no exterior por mais de 5 (cinco) anos ininterruptamente, que transfiram seu domicílio para o País;

**g)** estrangeiros que transfiram seu domicílio para o País;

**h)** cientistas, engenheiros e técnicos brasileiros e estrangeiros, radicados no exterior."

§ 1.º — O regulamento disporá sobre o tratamento fiscal a ser dispensado à bagagem do tripulante, aplicando-lhe, no que couber, o disposto neste artigo.

§ 2.º — A isenção a que aludem as alíneas f e g só se aplicará aos casos de primeira transferência de domicílio ou, em hipótese de outras trans-

ferências, se decorridos 5 (cinco) anos de retorno da pessoa ao exterior.

§ 3.º — Para os efeitos fiscais deste artigo, considera-se função oficial permanente no exterior a estabelecida regularmente, exercida em terra e que não se extinga com a dispensa do respectivo servidor.

§ 4.º — A isenção de que trata a alínea h só será reconhecida quando ocorrerem cumulativamente as seguintes condições:

**I.** que a especialização técnica do interessado esteja enquadrada em Resolução baixada pelo Conselho Nacional de Pesquisas, antes da sua chegada ao País;

**II.** que o regresso tenha decorrido de convite do Conselho Nacional de Pesquisas;

**III.** que o interessado se comprometa, perante o Conselho Nacional de Pesquisas a exercer sua profissão no Brasil durante o prazo mínimo de 5 (cinco) anos, a partir da data do desembarque dos bens.

§ 5.º — Os prazos referidos nas alíneas b e c do inciso III deste artigo poderão ser relevados, em caráter excepcional pelo Ministro da Fazenda, por proposta do Ministro a que o servidor estiver subordinado, atendidas as seguintes condições cumulativas:

**I.** designação para função permanente no exterior por prazo superior a 2 (dois) anos;

**II.** regresso ao País antes de decorrido o prazo previsto na alínea anterior, por motivo de interesse nacional;

**III.** que a interrupção da função se tenha dado, no mínimo, após 1 (um) ano de permanência no exterior.

**Art. 2.º** — O Ministro da Fazenda poderá estender o tratamento previsto neste artigo a Zona Franca de Manaus.

**Art. 3.º** — As mercadorias trazidas como bagagem não poderão ser objeto de comércio, sob a pena de multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor.

**Art. 4.º** — Fica assegurado o tratamento vigente na data da publicação deste Decreto-lei às bagagens de propriedade das pessoas referidas nas alíneas a e b do art. 13 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, cuja função no exterior termine até a data da entrada em vigor deste Decreto-lei.

**Art. 5.º** — Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogados o art. 1.º do Decreto-lei n.º 416, de 10 de janeiro de 1969, e o Decreto-lei n.º 850, de 10 de setembro de 1969.

Brasília, 3 de setembro de 1970;  
149.º da Independência e 82.º da República. — **EMÍLIO G. MEDICI** —  
**Antônio Delfim Netto.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 37  
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966

**Dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros, e dá outras providências.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 31, parágrafo único, do Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, decreta:

#### SEÇÃO II

##### Bagagem

**Art. 13** — É concedida isenção do imposto de importação, nos termos e condições estabelecidos no regulamento, a bagagem constituída de:

- I. roupas e objetos de uso ou consumo pessoal de passageiros;
- II. objetos de qualquer natureza, nos limites de quantidade ou valor estabelecidos no regulamento;

III. outros bens de propriedade:

- a) funcionários da carreira diplomática, quando removidos para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, e os que a eles se assemelharem, pelas funções permanentes de caráter diplomático, ao serem dispensados de função exercida no exterior e cujo término importe seu regresso ao País;

- b) servidores públicos civis e militares, servidores de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, que regressarem ao País, quando dispensados de qualquer função oficial, de caráter permanente, exercida no exterior por mais de 2 (dois) anos ininterruptamente;

- c) brasileiros que regressarem ao País, depois de servirem por mais de dois anos ininterruptos em organismo internacional, de que o Brasil faça parte;

- d) estrangeiros radicados no Brasil há mais de 5 (cinco) anos, nas mesmas condições da alínea anterior;

- e) pessoas a que se referem as alíneas anteriores, falecidas no período do desempenho de suas funções no exterior;

- f) brasileiros radicados no exterior por mais de 5 (cinco) anos ininterruptamente, que transfiram seu domicílio para o País;

- g) estrangeiros que transfiram seu domicílio para o País.

§ 1.º — O regulamento disporá sobre o tratamento aduaneiro a ser dispensado à bagagem do tripulante, aplicando-lhe, no que couber, o disposto neste artigo.

§ 2.º — A isenção, em qualquer caso, apenas será reconhecida em relação a bens cuja quantidade e qualidade não revelem finalidade comercial.

§ 3.º — A isenção a que aludem as alíneas f e g só se aplicará aos casos de primeira transferência de domicílio ou, em hipótese de outra transferência, se decorridos 5 (cinco) anos do retorno da pessoa ao exterior.

§ 4.º — Para os efeitos deste artigo, considera-se função oficial permanente, no exterior, a estabelecida regularmente, exercida em terra e que não se extinga com a dispensa do respectivo servidor.

#### SEÇÃO III

##### Bens de interesse para o desenvolvimento econômico

DECRETO-LEI N.º 416  
DE 10 DE JANEIRO DE 1969

**Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, estendendo benefícios aduaneiros a cientistas e técnicos radicados no exterior que venham exercer sua profissão no Brasil, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

**Art. 1.º** — Ficam acrescentados os seguintes dispositivos ao art. 13 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966:

**"Art. 13 —** .....

h) cientistas e técnicos, pesquisadores e quaisquer outros especialistas brasileiros e estrangeiros, radicados no exterior que transfiram seu domicílio para o Brasil e que, a juízo do Conselho Nacional de Pesquisas, possam trazer contribuição efetiva ao desenvolvimento do País.

§ 5.º — A isenção de que trata a alínea h só será concedida se o interessado comprometer-se, perante o Conselho Nacional de Pesquisas, a exercer sua profissão no Brasil durante o prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado da data da assinatura do compromisso formal."

**Art. 2.º** — O § 1.º do art. 4.º do Decreto-lei n.º 366, de 19 de dezembro de 1968, passa a ter a seguinte redação:

**"Art. 4.º —** .....

§ 1.º — Aos atuais despachantes aduaneiros é facultado o exercício ou participação em qualquer atividade relacionada com a livre iniciativa."

**Art. 3.º** — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de janeiro de 1969: 148.º da Independência e 81.º da República. — **A. COSTA E SILVA** — **Antônio Delfim Netto.**

**DECRETO-LEI N.º 850  
DE 10 SETEMBRO DE 1969**

**Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Imposto de Importação e reorganiza os serviços aduaneiros.**

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

**Art. 1.º** — As alíneas "a" e "b" do item III do artigo 13 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

"a) funcionários da carreira diplomática quando removidos para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e os que a eles se assemelharem pelas funções permanentes de caráter diplomático,

bem como servidores públicos civis da administração direta e militares, ao serem dispensados de função exercida no exterior e cujo término importa em seu regresso ao País;

b) servidores públicos civis da administração indireta, que regressarem ao País, quando dispensados de qualquer função oficial de caráter permanente, exercida no exterior por mais de dois (2) anos ininterruptamente."

**Art. 2.º** — Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República. — **AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD** — **AURELIO DE LYRA TAVARES** — **MARCIO DE SOUZA E MELLO** — Antônio Delim Netto.

**O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)** — De acordo com as indicações das Lideranças fica assim constituída a

Comissão Mista que deverá emitir Parecer sobre a matéria:

Pela Aliança Renovadora Nacional — Senadores Lobão da Silveira, Duarte Filho, Milton Trindade, Mem de Sá, Celso Ramos, Fernando Corrêa e os Srs. Deputados Adhemar Ghisi, Jales Machado, Jorge Lavocat, José Resegue, José Marão Filho e Ruy D'Almeida Barbosa.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Sebastião Archer, Ruy Carneiro, Bezerra Neto, Edmundo Levi e os Srs. Deputados Caruso da Rocha, João Borges, José Freire e Djalma Falcão.

**O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)** — Lembro à Comissão Mista que, nos termos do art. 110 do Regimento Comum, seu parecer deverá ser proferido no prazo de 20 (vinte) dias e concluirá pela apresentação de Projeto de Decreto Legislativo aprovando ou rejeitando o Decreto-lei.

A convocação da Sessão destinada à apreciação da matéria será feita de acordo com a publicação e distribuição de avulsos do respectivo Parecer.

Está encerrada a sessão.

## REFORMA AGRÁRIA

(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Três volumes com 1.115 páginas

Legislação brasileira de reforma agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contendo:

- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- e mentário da legislação correlata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginalia (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de toda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

**PREÇO DOS TRÊS VOLUMES — Cr\$ 30,00**

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

Os pedidos devem ser endereçados à **FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro — GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — **Lojas:** no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C. P. 5534

Faça sua assinatura do

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **SEÇÃO II**

---

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

### **SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

---

#### **PREÇOS DAS ASSINATURAS:**

**Via Superfície:**

Semestre ..... Cr\$ 20,00  
Ano ..... Cr\$ 40,00

**Via Aérea:**

Semestre ..... Cr\$ 40,00  
Ano ..... Cr\$ 80,00

# Nôvo Código Penal

A "Revista de Informação Legislativa", do Senado Federal, divulga, em seu número 24, uma seção destinada ao nôvo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

**1.<sup>a</sup> Parte — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria**

- Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).
- Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

**2.<sup>a</sup> Parte — Quadro comparativo — Decreto-lei n.º 1.004, de 21-10-69**

- Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40 e legislação correlata.

A Revista, ao preço unitário de Cr\$ 10,00, pode ser solicitada ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Praça dos Três Podêres — Caixa Postal n.º 1.503 — Brasília — Distrito Federal.

Nota: Os pedidos devem ser acompanhados de cheque visado, pagável na praça de Brasília, ordem de pagamento bancária ou vale postal, a favor do

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

**Serviço Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.503**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS**

**PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,20**